
Golden Shower e Imoralidades Carnavalescas: Disputas por Sentidos e Polarização nas Redes^{1,2}

Allan SANTOS³

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: O trabalho analisa as disputas de sentidos engendradas a partir da circulação das duas *hashtags* que figuraram como os *Trending Topics* mais populares do *Twitter*, em 06 de março de 2019, polarizando as narrativas sobre “o caso *golden shower* no Carnaval”: #ImpeachmentBolsonaro e #BolsonaroTemRazão. Em um primeiro momento, historiciza o Carnaval, problematizando que esta cultura é socialmente polarizada desde o seu surgimento no Brasil oitocentista. Em seguida, examina como o fenômeno da polarização e da intolerância às diferenças passa a ser potencializado pelas redes sociotécnicas a partir de Junho de 2013. Finalmente, a partir da Análise de Discurso Crítica, identifica os sentidos discursivos fixados em 611 postagens que pediram a cassação de Bolsonaro e de 1730 tuítes que defenderam que o presidente brasileiro tinha razão em seu posicionamento contra as imoralidades do Carnaval.

PALAVRAS-CHAVE: circulação de sentidos, polarização política; Bolsonaro; *golden shower*; Carnaval.

1. Introdução:

Foucault ([1978-1979] 2008) pensa a sexualidade – assim como a moralidade, a loucura e a criminalidade – como objetos transacionais e transitórios que, mesmo não tendo existido desde sempre, são articulados a partir de práticas e discursos, constituindo técnicas de governamentalidade que nomeiam e legitimam aquilo que é verdadeiro e falso em um dado regime de verificação. Compreendendo a sexualidade como um “dispositivo discursivo” analisamos criticamente a fala da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, que anunciou a ascensão do governo Bolsonaro ao poder como a inauguração de uma “nova era” na qual “menino veste azul e menina veste rosa”. O discurso, que circulou amplamente pelas redes sociotécnicas por meio de um vídeo amador feito em 02 de janeiro de 2019 – dia da cerimônia de transmissão de cargo em que Damare assumiu a pasta –, serviu para reafirmar subjetivamente a existência de um ambiente político heteronormativo fundamentado na lógica das opressões de gênero e sexualidade. Desta forma,

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Trabalho submetido à chamada de artigos para o livro: **Fluxos comunicacionais em redes sociotécnicas: repercussões das micro-narrativas ao big data**.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: allansantos29ny@gmail.com

masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete (LOURO, 2004, p. 15)

Dentre as reações contra o conservadorismo moral do novo governo e à fala da ministra e pastora evangélica – que afirma estar ciente de que o Estado é laico, mas ser “terrivelmente cristã” –, a cantora Daniela Mercury, em parceria com Caetano Veloso, lançou a música e o clipe *Proibido o Carnaval*, usando metáforas e referências da cultura popular brasileira para abordar o cerceamento à liberdade de expressão e diversidade – como o trecho “É Proibido Proibir”, música de Caetano com a banda Os Mutante, e a expressão “sair do armário”, em referência à comunidade LGBTQI+ –, além de destacar a importância de movimentos contraculturais que marcaram a história, incluindo o levante de *Stonewall*, que completou 50 anos em 28 de junho de 2019, e a Tropicália brasileira.

As críticas ao governo também estiveram presentes nos blocos de rua, marchinhas e escolas de samba do Carnaval 2019, tanto na forma de fantasias de “cheques-laranja”, “Jesus na goiabeira”, “caixa dois”, “kits gays” e “mamadeiras de piroca”, quanto em gritos como “ai, ai, ai, Bolsonaro é o carai” e “Bolsonaro vai tomar no cu” – tendo este último se tornado a *hashtag* mais popular do *Twitter* no domingo de Carnaval, dia 03 de março. Dentre os vários episódios de “catarse política” durante o primeiro Carnaval com Bolsonaro no poder, se destacaram a forma como o boneco gigante do presidente foi recebido com vaias, arremessos de latas de cervejas e pedras de gelo, em Olinda (PE), assim como a censura imposta pelo capitão da Polícia Militar, Lizandro Sodré, que tentou determinar o que poderia ser cantado pelos foliões e impedir manifestações contrárias ao presidente no bloco *Tchanzinho Zona Norte*, de Belo Horizonte (MG).

Não é novidade alguma que o Carnaval seja um momento no qual política, crítica social e festa se misturam, tendo pensadores como Goethe (1749-1832) e Bakhtin (1895-1975) descrito o acontecimento anual como um tempo de inversão social, detração da autoridade e revolta ritualizada. Não obstante, as manifestações populares e os gritos de “ei Bolsonaro vai tomar no cu” causaram uma evidente indignação no presidente brasileiro que, como reação, postou em seu perfil no *Twitter*, no dia 05 de março, o vídeo de uma marchinha com versos como “O nosso Carnaval não está proibido, mas com dinheiro do povo não será mais permitido”. Na postagem, o presidente escreveu que “dois ‘famosos’ acusam o Governo Jair Bolsonaro de querer acabar com o Carnaval. A verdade é outra: esse tipo de ‘artista’ não mais se locupletará da Lei Rouanet”. Em seguida, tuitou que “tão importante quanto a economia é o resgate de nossa cultura, que foi destruída após décadas de governos com viés socialista. Buscaremos o país da ordem e do progresso. Bom dia a todos!”.

Contudo, foi a publicação de um segundo vídeo – como forma de alerta sobre as imoralidades do Carnaval de rua brasileiro – que causou um verdadeiro “tsunami” nos circuitos midiáticos amplificados. Em um bloco no centro de São Paulo, chamado *Blocu*, um homem dança seminu no

topo de um ponto de táxi, enfiando o dedo no próprio ânus e, em seguida, se curvando para que um outro rapaz urine em sua cabeça. Na manhã do dia seguinte, Quarta-Feira de Cinzas, com apenas uma pergunta o representante do cargo mais alto do Executivo brasileiro deixaria a população e a mídia global atônitas e perplexas: “o que é golden shower?”, em alusão à prática de cunho sexual – conhecida tecnicamente como urofilia – performada pelos dois homens no vídeo publicado e posteriormente deletado da sua página oficial no *Twitter*. Desta forma, frente à enxurrada de críticas nos carnavais de todo o país ao seu governo, Bolsonaro contra-ataca e exemplifica para o mundo a maior festa popular brasileira na performance isolada de dois jovens.

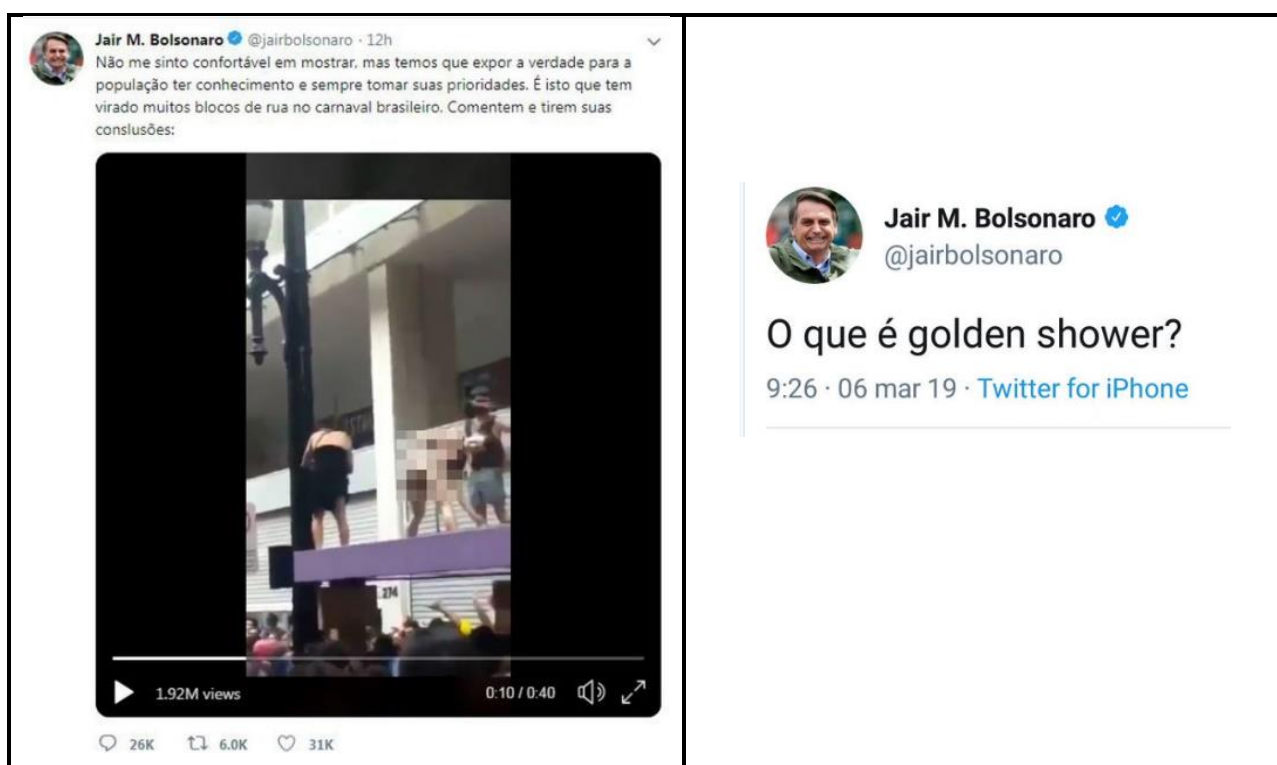


Figura 1: Postagens e cena do vídeo publicado por Bolsonaro
Fonte: Página do Bolsonaro no *Twitter*, 05e 06 de março de 2019.

Apesar da tentativa do Palácio do Planalto de controlar as narrativas publicando uma nota explicativa que afirma que o presidente não teve intenção de criticar o Carnaval de forma genérica, mas “caracterizar uma distorção clara do espírito momesco, que simboliza a descontração, a ironia, a crítica saudável e a criatividade da nossa maior e mais democrática festa popular”, a *tuitosfera* foi dominada por disputas por sentidos a partir da circulação das *hashtags* #ImpeachmentBolsonaro, #BolsonaroTemRazão, #goldenshowerpresident, #VergonhaDessePresidente e #EiBolsonaroVaiTomarNoCu⁴. Por um lado, usuárias e usuários da plataforma digital afirmavam que

⁴ Cf.: GORTÁZAR, Naiara. **A bomba escatológica de Bolsonaro populariza o ‘golden shower’ nas redes**. In: *El País*, 07 de março de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2KzrCM0>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

a atitude do presidente se enquadraria na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade, popularmente conhecida como “Lei do impeachment”), que em seu Artigo 9º inclui entre os crimes contra a probidade na administração, “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”. Por outro, uma parcela da população considerou que Bolsonaro não infringiu decoro algum e que estaria apenas exercendo o seu papel de presidente ao mostrar a verdade que a imprensa hegemônica não mostra.

O trabalho analisa empiricamente os conflitos e negociações de sentidos engendrados a partir da circulação das duas *hashtags* que figuraram como os *Trending Topics* mais populares do *Twitter* no dia após a publicação do “vídeo escatológico” pelo presidente Jair Bolsonaro, 06 de março de 2019, polarizando os sentidos discursivos em disputa: #ImpeachmentBolsonaro e #BolsonaroTemRazão, Segundo Grohman (2018), o foco nos “sentidos” nos diz que a circulação envolve mostrar como valores e visões de mundo permeiam os fluxos comunicacionais. Neste contexto, observamos que os sentidos fixados e ressignificados durante os processos de repercussão do caso *golden shower* nas redes sociotécnicas seguiram dinâmicas de alinhamento ideológico automático e radicalização dos valores morais, alimentando a polarização política entre progressistas e conservadores em ação no país desde, pelo menos, Junho de 2013.

2. Cultura carnavalesca e polarização social:

Segundo Tinhorão (2005), o Carnaval é, fundamentalmente, a resposta a uma necessidade de lazer das camadas populares urbanas. O historiador e crítico musical conta que Goethe quando foi a Roma, no século XVIII, e viu uma festa muito diferente de tudo o que havia na Alemanha disse: “O Carnaval não é uma festa que alguém ofereça; é uma festa que o povo oferece a si mesmo”.

Para Bakhtin (1987), os festejos carnavalescos, como todos os atos e ritos cômicos que a ele se ligavam, ocupavam um lugar importante na vida dos homens da Idade Média, oferecendo uma visão do mundo totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado. Compreendido como “uma fuga provisória dos moldes da vida ordinária” (BAKHTIN, 1987, p. 6), o Carnaval é regido pelas leis da liberdade e possui um caráter universal de renascimento e renovação do mundo que só podia alcançar sua plenitude nas festas populares e públicas, convertendo-se “na forma de que se revestia a segunda vida do povo, o qual penetrava temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância” (Ibid., p. 8). Paradoxalmente, as festas oficiais da Igreja e do Estado apenas contribuía para sancionar e fortificar o regime em vigor, consagrando a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas, além de tabus religiosos, políticos e morais correntes.

Apesar do caráter conservador, desde muito antes da Idade Média, as religiões históricas criaram espaço para as festividades carnavalescas em seus calendários: o Cristianismo as associou à Quaresma que antecede a Páscoa; o Judaísmo à festa de Purim, em homenagem à rainha Éster; o Islã situou as mascaradas no início móvel de seu ano lunar. Na modernidade, “o Carnaval seguiu os navegadores europeus pelo resto do mundo” (PRIORE, 2005, p. 17), apostando no papel maior ou menor das máscaras, ligadas à Quaresma ou a ritos agrários, como se vê no México ou nos Andes, no *Mardi Gras* de Nova Orleães ou no Carnaval das irmandades haitianas no qual as máscaras de *vodu* se confundem com as do Carnaval.

No Brasil do século XIX só havia dois tipos de festas públicas: as patrocinadas pela Igreja e as do Estado. O entrudo⁵, que animava as ruas cariocas durante o Carnaval, era uma coisa de escravos e “as pessoas de bem” não saíam de suas casas, pelo contrário, ficavam jogando água pelas janelas em quem passava: “Dentro de casa eles brincavam com uns limões de cera cheios de líquido perfumado. Quando jogava no outro, a película de cera rompia e a pessoa ficava cheirosa. Era uma coisa delicadinha, bem-comportada como requer a etiqueta. Já na rua, tinha gente que jogava urina” (TINHORÃO, 2005, p. 40). Com os processos de industrialização e diversificação social, a emergente classe média quer participar do Carnaval e pede à autoridade policial que “privatize o espaço público”, surgindo os ranchos com enredos bem organizados e cantando trechos de árias de óperas tocados por orquestras. Desta forma, “a partir dos ranchos vai se apagando o verdadeiro carnaval no sentido da festa que o povo oferece a si mesmo. A imitação da estrutura dos ranchos dá origem à Escola de Samba” (Idem., p. 41).

Neste contexto, torna-se necessário problematizar o “mito democrático do Carnaval”, sendo esta uma cultura polarizada socialmente desde o seu surgimento no Brasil oitocentista. Segundo Cunha (2005), nos cortejos das sociedades carnavalescas – financiados por homens de negócios e apoiados por jornalistas e escritores –, as elites expunham à plebe, considerada bárbara e perigosa, seus próprios pontos de vista sobre política, costumes e os personagens que constituíam a vida da cidade e do país. Estas sociedades declaravam que os seus cortejos eram o “verdadeiro” Carnaval – tal como se praticava em Paris, Nice ou Veneza – e a sua única forma legítima. Se num passado ainda recente o entrudo podia divertir a todos – no interior dos lares ou nas ruas, cada qual no seu lugar e com seus próprios códigos e hierarquias –, agora o que estava em discussão era justamente a forma de convivência entre desiguais, removidas as barreiras senhoriais, dando forma a uma polarização permanente também na cultura carnavalesca.

⁵ Termo que englobava desde o hábito de jogar água nos passantes, brincar de pintar o rosto ou outras formas de disfarce, até as brincadeiras “grosseiras” de mascarados, zé-pereiras (conjuntos com bumbos e instrumentos variados que saíam às ruas anarquicamente) barulhentos que congregavam espontaneamente foliões das ruas e outros folguedos que praticavam com entusiasmo. Cf.: CUNHA, 2005, p. 19.

As regras se rompiam, rodeadas de perigos reais e imaginários, as normas se dissolviam e as hierarquias, que antes pareciam sólidas, tendiam a desmanchar-se no ar. Perdidas as referências, elites liberais mas temerosas ansiavam por novas regras para o país, como para o Carnaval. (...) Diante das diferenças e da falta de regras do estruído, buscava-se uma festa homogênea que reafirmasse as velhas diferenças hierárquicas e de classe (CUNHA, 2005, p. 24).

3. Polarização na contemporaneidade de redes sociotécnicas:

Deslocando a análise da cultura carnavalesca no Brasil oitocentista para a cultura política contemporânea, nos interessa compreender como o fenômeno da polarização social e da intolerância às diferenças passa a ser potencializado pelas redes sociotécnicas. Segundo Cook, McPherson e Smith-Lovin (2001), a homofilia – literalmente, “amor aos iguais” – é caracterizada como a tendência das pessoas de atração aos seus homônimos em relação a atributos como idade, sexo, crenças, educação e classe social. O termo foi cunhado em 1924 pelo psicanalista alemão Karl-Günther Heimsoth e, desde então, tem sido amplamente utilizado pela sociologia e outros campos, tais como nas análises de redes sociais de Internet.

Neste sentido, Dvir-Gvirsman (2017) introduz o conceito de “audiência midiática homofílica” para descrever a preferência de indivíduos por “sites de mídia partidários” que atendem a uma clientela homogênea e com pontos de vista similares. Esta atração está relacionada a uma necessidade de consistência de si (manter, distinguir e reforçar estilos de vida) que tende a polarizar as identidades políticas por meio de uma espiral de reforço. A pesquisadora sugere que, ao longo do tempo, níveis mais altos de homofilia aumentam a acessibilidade do *self*-político dos indivíduos, o extremismo ideológico e a intolerância política.

No que tange ao contexto político contemporâneo, Moretto & Ortellado (2018) analisaram o comportamento das brasileiras e brasileiros que interagem com páginas políticas no *Facebook*. Ao rastreamos as interações com perfis de atores políticos, movimentos sociais e organização de defesa de direitos, os pesquisadores desenvolveram um mapa de como a opinião pública no país mudou entre 2013 e 2016, revelando um “retrato chocante da polarização política em ação”. Segundo os pesquisadores, em 2013, os usuários com interesses políticos da plataforma digital mais usada no país podiam ser categorizados em seis comunidades distintas. O quadro mudou drasticamente após as Jornadas de Junho de 2013, tendo os grupos começado a se dividir mais acentuadamente entre a esquerda e a direita, enquanto as outras categorias desmoronaram. Finalmente, entre 2014 e 2016, as diferenças se tornaram extremamente polarizadas: as seis comunidades de interesses visivelmente distintos, porém com algumas sobreposições, foram separadas em apenas dois grupos: progressistas e conservadores. Esse movimento de polarização política nas redes sociotécnicas passou a ser ainda mais acentuado com a deposição da ex-presidente Dilma, em 31 de agosto de 2016.

Para analisar especificamente a “batalha do impeachment no *Facebook*”, Moretto e Ortellado (2016) capturaram todas as matérias dos quatro dias que precederam a votação do processo na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, reunindo um banco de dados de 8000 artigos jornalísticos que geraram mais de seis milhões de compartilhamentos. Dentre as 100 reportagens mais compartilhadas, 80% ilustravam ou a narrativa da campanha #NãoVaiTerGolpe! ou da campanha #ForaDilma!, o que sugere que as discussões políticas no *Facebook* foram tomadas por uma dinâmica na qual, de maneira organizada ou espontânea, militantes e aderentes dos dois lados reproduziram mecanicamente a dinâmica polarizada do debate, reforçando as mesmas ideias e deixando sem espaço o discurso político independente. As narrativas dos dois lados tinham poucos argumentos centrais, sendo a força persuasiva proveniente da reprodução sistemática de matérias jornalísticas aparentemente diferentes, mas que ilustravam o mesmo ponto de vista, convertendo algumas *timelines* em grandes fluxos de propaganda. Desta forma,

O efeito do medo de um golpe de estado produzido pela campanha #NãoVaiTerGolpe! somado ao efeito da indignação contra a corrupção generalizada produzido pela campanha #ForaDilma! parece ter gerado comportamentos beligerantes permanentes que inundaram a rede social com as mesmas mensagens até o ponto em que quase nada mais consegue ser percebido (MORETTO & ORTELLADO, 2016)

Analisando o período pré-eleitoral, observamos que o ano de 2017 foi marcado por denúncias de obscenidade e associações da expressão artística brasileira à pedofilia, zoofilia, pornografia e profanação de símbolos religiosos, tais como evidenciado no fechamento antecipado da exposição *Queermuseu* no Santander Cultural de Porto Alegre e na criminalização da performance *La Bête* no MAM de São Paulo após a viralização de imagens de uma criança tocando o corpo nu do artista Wagner Schwartz. Considerando estes episódios contemporâneos de censura como “acontecimentos políticos” que produzem, em primeiro lugar, transformações das subjetividades e do sensível (LAZZARATO, 2006), sugerimos que, ao circularem nas redes digitais retóricas moralistas despidas de valores democráticos, demonizarem as diferenças humanas, incitarem a estigmatização de minorias identitárias e cercearem as liberdades individuais, os grupos de direita estariam alimentando midiaticamente o “pânico moral” (COHEN, [1972] 2011) em um incessante processo de produção de subjetividades conservadoras e radicalização do espectro político entre “cidadãos de bem” e “monstros morais” que viria a configurar o *modus operandi* do Governo Bolsonaro.

4. Disputa de *hashtags*: #ImpeachmentBolsonaro x #BolsonaroTemRazão

Com base no que foi exposto acima, o trabalho tem como principal objetivo identificar e analisar os sentidos discursivos fixados e ressignificados em torno do “caso *golden shower*” a partir da circulação das *hashtags* #ImpeachmentBolsonaro e #BolsonaroTemRazão no *Twitter*,

evidenciando como os processos de produção de sentidos seguiram dinâmicas de alinhamento ideológico automático e radicalização dos valores morais, alimentando a polarização política entre progressistas e conservadores em curso no país. A escolha das duas *hashtags* se deu tendo em vista que as mesmas figuraram como os *Trending Topics* mais populares na plataforma digital em 06 de março de 2019, ou seja, no dia seguinte à postagem de Jair Bolsonaro que viralizou o vídeo no qual um homem dança seminu em um bloco de Carnaval no centro de São Paulo, enfiando o dedo no próprio ânus e se curvando para que um outro rapaz urine em sua cabeça.

Em um primeiro momento, conduzimos uma busca avançada no *Twitter* para cada *hashtag*, resultando na coleta manual de um total de 611 postagens dos internautas que pediam a cassação do presidente brasileiro (#ImpeachmentBolsonaro) e 1730 tuítes daqueles que defendiam que Bolsonaro tinha razão em seu posicionamento durante o Carnaval (#BolsonaroTemRazão)⁶. Apontamos que o número de tuítes não é absoluto em relação ao total publicado na plataforma, mas o total fornecido pela ferramenta de busca disponibilizada pelo *Twitter* (as *hashtags* combinadas geraram quase 800.000 tuítes apenas no dia 06 de março). Em seguida, investimos na Análise de Discurso Crítica – ADC para estabelecermos os padrões discursivos, assim como os valores morais e posicionamentos ideológicos nos enunciados verbais postados pelos cidadãos comuns conectados. Nesta etapa da pesquisa, todo o material coletado foi cuidadosamente lido e categorizado a partir de quatro sentidos discursivos predominantes na circulação de cada *hashtag* (que serão elencadas nas seções subsequentes).

A ADC é caracterizada como uma abordagem metodológica que proporciona a interdependência entre interesses de pesquisa e compromissos políticos na análise de amplas unidades discursivas enquanto unidades básicas da comunicação, enfatizando a relação entre o que é comunicado e os processos sociais a essa comunicação. Considerando que “criticar é essencialmente tornar visível a interconectividade das coisas” (FAIRCLOUGH, 1985, p. 747), o método é capaz de trazer à luz as relações estruturais opacas e transparentes de dominação, discriminação, poder e controle que se manifestaram a partir das narrativas discursivas que circularam neste recorte específico do “caso *golden shower* no Carnaval”.

4.1 O lado que pede o Impeachment de Bolsonaro:

Os sentidos que circularam nos ataques às postagens de Bolsonaro durante o Carnaval 2019 no *Twitter* foram sintetizados por um usuário⁷ da plataforma social: “Ele é um boçal q assumiu a

⁶ A coleta foi realizada manualmente entre os dias 27 e 30 de junho de 2019. Site: <https://twitter.com/search-advanced?lang=pt>

⁷ Por questões de ordem ética e de privacidade, identificaremos as autoras e autores das postagens apenas como “usuários”, não apresentando quaisquer informações sobre a autoria dos tuítes. Entretanto, quando preciso, apresentaremos trechos literais das postagens, considerando que se tratam de conteúdos públicos disponibilizados em uma plataforma digital.

presidência #ImpeachmentBolsonaro. Ele é um sem noção #goldenshowerpresident. # Ele só fala e faz merda #EiBolsonaroVaiTomarNoCu. Ele é uma piada mundial #VergonhaDessePresidente”. Dentre as 611 postagens analisadas, identificamos quatro sentidos discursivos predominantes que justificariam o Impeachment do presidente brasileiro: 1) falta de decoro ao divulgar pornografia em sua conta oficial no *Twitter*; 2) a incapacidade de Bolsonaro para governar o país; 3) o desprezo do presidente à importância cultural e econômica do Carnaval para o Brasil; 4) um sentimento generalizado de vergonha.

“Tá na Constituição!!! Bora transformar isso em algo real. Como está não dá pra ficar!”. Com base na Lei nº 1.079/50, cidadãos conectados se uniram em torno da hashtag #ImpeachmentBolsonaro para denunciar “um presidente que divulga pornografia em sua conta oficial nas redes sociais” e, portanto, possui um “comportamento impróprio no cargo”. Compartilhando imagens e trechos do texto da Lei, os tuítes clamavam por um “Brasil inteiro em uma só voz” pelo impeachment de Bolsonaro: “Pessoal vamos nos unir ainda mais... e compartilhar cada vez mais e seguir um ao outro... eles tem robot, mas nós temos o povo unido a favor do #ImpeachmentBolsonaro”.

Para além da questão de crime de responsabilidade por falta de decoro no cargo, circularam postagens problematizando que “com a publicação do Decreto nº 9671/2019, o perfil pessoal de Jair Bolsonaro ganhou força de Oficial, dando, inclusive, poder à Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, para administrar sua conta”. De acordo com o Decreto, Bolsonaro não estaria postando “pornografia” na conta pessoal de um cidadão comum, mas em uma “das contas institucionais da Presidência da República em mídias sociais”. Conforme ironiza um usuário da plataforma social: “sabe aquele tiozão loucão da família que manda um monte de merda no grupo do zap? Agora ele é presidente da república e faz a mesma coisa no Twitter oficial dele!”. O debate sobre crime de divulgação de ato obsceno em lugar público também circulou dentre as postagens analisadas: “Um dos autores do pedido de impeachment de Dilma⁸ diz q quebra de decoro de #goldenshowerpresident é passível de impeachment. E mais: divulgar é + grave no cód Penal q praticar ato obsceno em lugar público”.

Junto com os comentários de que “o Brasil não tem um presidente, tem uma bloguerinha!” e de que “o presidente além de governar pelo Twitter, vai governar pelo XVideos também. Isso que dá andar com o Frota”, circularam postagens de brasileiras e brasileiros preocupados com o que ocorreria se, de fato, Bolsonaro fosse “o primeiro líder de uma nação derrubado por um tweet!”. Por um lado, havia o temor pela posse do Vice-Presidente, o general Hamilton Mourão:

⁸ Em referência ao jurista Miguel Reale Júnior.

“Sinuca de bico. Enquanto pedem #ImpeachmentBolsonaro por ausência completa de capacidade em ocupar a cadeira da presidência, abrem caminho p mourão, q é muito + articulado, preparado, e vem c as mesmas bandeiras neoliberais (...)”. Por outro, discutia-se a possibilidade de novas eleições: “Naaa!!! Se acontecer em menos de 2 anos de governo, a chapa toda é cassada! Tem que ter novas eleições”. Finalmente, em um processo de ressignificação sem controle, começou a circular a figura do “autoproclamado presidente do nosso país, Zé de Abreu”, que convocou “Todos no Galeão no dia 8 de março às 18 horas” para a sua posse.

O segundo sentido discursivo verificado nas 611 postagens foi o questionamento da capacidade do “Excrementíssimo Presidente Mijair Bolsoânus” para governar o país. Alegando que “elegeram um moleque imaturo” e afirmarem estar com medo do “que será desse país em quatro anos de Mijair?”, as usuárias e usuários do *Twitter* denunciaram que “Bolsonaro é inapto, despreparado e não tem condições mentais de ocupar o cargo”. Tendo como exemplo o caso do presidente do Equador, Abdalá Bucaram, que sofreu impeachment sob a alegação de “incapacidade mental”, em 1997, foi questionado se “Será que não rola o mesmo no nosso atual momento, devido aos últimos acontecimentos?”.

Neste contexto discursivo, circularam nas redes as hipóteses de que “(...) Exatamente por não ter condições q o colocaram de testa de ferro”, ou ainda, que “As presepadadas do celerado MiJair Bolsonaro tem servido de cortina de fumaça (ou mijo) para desviar a atenção da opinião pública de temas realmente relevantes”. Um internauta foi enfático ao postar que “Enquanto a gente discute o #ImpeachmentBolsonaro Eles agem na escuridão” [em referência à articulação do governo para vender a preço de banana o sistema de energia nacional e permitir mineradoras gringas em áreas indígenas]”. Desta forma, “A hora de chacotar o Bozo passou, quem sabe a postagem não foi tão aleatória assim”.

O terceiro sentido fixado a partir da circulação da hashtag #ImpeachmentBolsonaro foi o desprezo do presidente à importância cultural e econômica do Carnaval para o país: “Imaginem @realDonaldTrump postando vídeo de dois homens fazendo Golden Shower na Flórida, dizendo que ‘isso é o que se resume a Disney’. @EmmanuelMacron postando o mesmo dizendo ‘isso é o que se resume a Torre Eiffel’”. Desta forma, Bolsonaro foi apontado como o “típico patriota hipócrita: odeia tudo que é do país dele e paga pau pra tudo que é gringo (...)”, além de “fundamentalmente BURRO” já que “Ao invés de fomentar a festa e cultura popular, movimentação da economia em mais de 10 bilhões de reais nesta época, incentivar a diversidade, não: ele quer manchar a imagem do Carnaval e do povo inteiro, diminuir a maior festa popular do mundo. Amador”.

Reverberou entre as postagens um sentimento de orgulho pela nossa cultura carnavalesca, em um sentido bakhtiniano de festas populares e públicas que se configuram como “a segunda vida do povo” (BAKHTIN, 1989, p. 8): “Carnaval é a nossa história política. É o nosso exercício de liberdade

de expressão, é o ato artístico do teor social brasileiro e filosófico. Não para a combativa da nossa cultura! (...)”. Sendo o Carnaval uma festa que desestabiliza as hierarquias por permitir que a população acesse o “reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância” (Idem.), os “carnavais” apresentados pelas escolas de samba Salgueiro (1977), Beija-Flor (1989), Tuiuti (2019) e Mangueira (2019), assim como os blocos de rua deste ano, foram apresentados como verdadeiros “atos democráticos”; “lutas passadas conquistadas para que estejamos na rua, gritar, para que nos escutem. Querem nos silenciar novamente, não a combativa da cultura brasileira! (...)”. Conforme bradou o carnavalesco da Mangueira, Leandro Vieira, “Isso aqui é um recado pro Presidente Bolsonaro. O Carnaval é isso aqui. E era isso que ele tinha que mostrar pro mundo”.

Ao “humilhar a nação brasileira internacionalmente”, Bolsonaro sobrepõe simbolicamente um sentimento generalizado de vergonha ao orgulho do povo brasileiro pelo Carnaval: “Graças ao presidente postando escatologia nas redes sociais, viramos mais uma vez notícia vexatória na imprensa gringa! (...) [referindo-se às matérias publicadas pelo *The New York Times*, *The Guardian*, *The Washington Post* e *The Daily Mirror*]”. Desta forma, os internautas lamentam a repercussão negativa da representação ridicularizada e desonrada de sua cultura popular pelo mundo, transformando a vergonha alheia da “cretinice do presidente da maior Nação da América Latina” em “a vergonha de todos nós”.

4.2 O lado que acredita na razão de Bolsonaro:

“Atenção, a hashtag oficial para defender nosso mito hoje é #BolsonaroTemRazão”. Literalmente em uma “guerra de *hashtags*”, os apoiadores de Bolsonaro se engajaram desde a madrugada do dia 06 de março no *Twitter* contra a “militância petista” que pedia o Impeachment do presidente: “Atenção amigos URGENTE AO mostrar um vídeo ontem onde viado mijava no rabo do outro explicitamente hj nosso Presidente precisa de nosso total apoio, esquerda querendo pedir impeachment. Podem pedir, vão ter é guerra. Levantem a tag #BolsonaroTemRazão”. Com instruções para tuitarem de três em três minutos para alcançarem o topo do *Trending Topics* do *Twitter*, a direita do espectro político chegou à marca de 500.000 postagens em um dia (quase o dobro de tuítes da esquerda): “Vamos correr atrás do prejuízo. Ninguém nos vence nas tags”. Dentre as 1730 postagens analisadas, identificamos quatro sentidos discursivos predominantes: 1) Bolsonaro não cometeu falta de decoro algum, somente denunciou verdades; 2) o “mito” fez a esquerda negar a sua própria arte imoral; 3) a imprensa “hipócrita” deveria estar escandalizada com o conteúdo do ato, e não com a sua exibição; 4) um sentimento generalizado de gratidão ao presidente pela “limpeza moral” no Brasil.

“Nosso Presidente está certíssimo nas suas atitudes”, sendo “papel sim do presidente denunciar atos espúrios e nojentos como esse”. Motivados por ideias como as de Olavo de Carvalho

que afirma que “Ter razão no Brasil é um crime hediondo”, os apoiadores de Bolsonaro defenderam a exibição do vídeo pelo presidente como a denúncia das verdades que “a esquerda depravada tenta esconder”. Comparando as imoralidades carnavalescas ao terrorismo islâmico sugeriam que “O Capitão fez o que Trump fez nos EUA, quando expôs pra todo mundo ver o horror dos terroristas islâmicos lá! Bolsonaro é cidadão, e sempre denunciou os horrores que via por aqui! E que ele continue!”. Desta forma, se sentem protegidos porque agora “a maioria silenciosa tem quem denuncie o absurdo do carnaval” que antes “no máximo ganhava repercussão como ‘liberdade’ de manifestação”. Para esta parte da população, não houve falta de decoro algum nos atos do presidente, apenas a exibição daquilo que a cultura brasileira se tornou nos últimos anos: “O presidente é linha dura e vai pegar pesado com a banalização cultural. Se ele não expõe, a imprensa não expõe”.

Com argumentos de que os militantes da esquerda “não sabem distinguir o moral do imoral”, julgam o pedido do impeachment do presidente uma contradição em si: “Denunciar por conteúdo impróprio? Só esqueceram de dizer que o conteúdo impróprio é deles; o Bolso só divulgou”. Para os apoiadores de Bolsonaro os “atores do grotesco espetáculo” é que deveriam ser culpabilizados e não aquele que os denuncia: “Dois VEADOS dão show de depravação no meio da rua e VOCÊ se escandaliza com o Bolsonaro postando isso? Deixa de ser HIPÓCRITA! Rolou p*taria em tudo que é canto do país! Infelizmente, o carnaval não é só festa. ACEITA que DÓI MENOS”. Para eles, os brasileiros que culpam quem denuncia o crime, e não o criminoso, estariam sofrendo da “síndrome da burrice” que ainda não conseguiram se recuperar depois de 16 anos de lavagem cerebral.

O segundo sentido discursivo que circulou a partir da *hashtag* #BolsonaroTemRazão foi que, com apenas uma tuitada, Bolsonaro teria feito a militância de esquerda ter negado a sua própria arte imoral: “Vivi pra ver esquerdista dizer que vídeo de um homem urinando na cabeça de um outro homem é pornografia, e não ‘arte’ ou ‘liberdade de expressão’. Vocês estão mto perdidos!”. Desta forma, denunciam que a “Esquerdalha pra atacar o #mito vira até conservador!!!” em uma “lógica inversão de valores! Típico da lógica de Gramsci”. Para os que defendem que Bolsonaro tem razão, “O ‘pensamento’ esquerdista é baseado em deturpação dos fatos, é fácil comprovar qdo se conhece as trapaças argumentativas. O truque é inverter a lógica onde o certo, vira errado. Quem ainda cai?”.

Compartilhando imagens da exposição *Queermuseu* no Santander Cultural e *La Bête* no MAM de São Paulo, os apoiadores do presidente argumentaram que a mesma esquerda que estava preocupada com o acesso de menores ao conteúdo do vídeo postado por Bolsonaro foi quem apoiou – e financiou – “crianças tocando peladão no museu”, crianças vendo “vídeo de um homem recebendo ejaculação no rosto” e “quadros com cenas sexuais – incluindo zoofilia”. Em um efeito contrário ao mito de Narciso que se apaixona pelo reflexo de sua imagem, “Bolsonaro colocou um espelho na

frente daquilo que é o resultado de anos de libertinagem, de sexualização pela mídia, do que os vermelhos chamam de ‘arte’, etc... Eles olharam, viram sua própria imagem e não gostaram...”.

Neste contexto, a mídia é definida como “hipócrita” por ter se escandalizado com a exposição do “ato deplorável” pelo presidente e não com o ato imoral praticado: “A mídia passou anos fazendo golden shower na cabeça dos brasileiros. É compreensível que esteja revoltada quando alguém ataca a prática”. Os eleitores de Bolsonaro questionam “Por que a imprensa está tão indignada?” se “O Jornalismo militante e hipócrita apoiou durante anos a decomposição da sociedade”. Desta forma, denunciam a “lógica da grande mídia” que acha normal praticar ato sexual em público, porém se escandaliza com a denúncia do ato em si: “Jornalistas deveriam preocupar-se com o [que] acontece nas ruas em blocos de Carnaval, onde ativistas cometem crime (Art. 233 ato obsceno) à luz do dia, do que atacar o post do presidente, que mostra a sua preocupação do que acontece no país. Bando de FDP’s”. Para eles, o grande feito do “presidente mito” foi fazer jornalistas defenderem a moral e os bons costumes: “Quarta-feira de Cinzas de 2019: o dia em que a imprensa amanheceu moralista. Será o espírito da Quaresma?”

Dentre os 1730 tuítes que defendiam Bolsonaro era explícito um sentimento generalizado de gratidão ao presidente: “Isso! #BolsonaroTemRazão! Este país precisa de uma limpeza moral. Meus avós e pais devem estar se revirando nos respectivos túmulos, vendo o lixo em que isto aqui está se transformando”. Considerado um “golaço político” os tuítes de Bolsonaro teriam trazido a “discussão política para um tema que incomoda a maioria: o desrespeito aos que não concordam com o exagero do ativismo na suposta defesa das pautas LGBT”. A narrativa combativa e as várias controvérsias veiculadas por Bolsonaro, e que causam grande perplexidade ao lado progressista, são enaltecidas pelo polo político conservador que revalida em suas postagens o seu voto e lealdade ao presidente: “Sinto extrema felicidade em saber que o pai de família honesto, tenha votado ou não no @jairbolsonaro, ao ver seu post, concordará com cada palavra dita por ele, e o respeitará por ter a coragem de se posicionar contra. Foi pra isso q votamos nele. Que orgulho!”. Neste passo, pedem ao presidente que “continue denunciando a podridão que permeia nosso país. Muitos que hoje criticam vão começar a enxergar a degradação de nossa nação. Eu creio nisso. #BolsonaroTemRazão”.

5. Considerações finais:

Não é de hoje que o povo brasileiro aproveita o Carnaval para expressar os anseios políticos, sendo esta uma tradição mais antiga que a própria República: desde as campanhas abolicionistas no Império, passando por Vargas, o processo de abertura da ditadura militar, o japonês da Federal durante o processo da Lava Jato e a agenda conservadora de Bolsonaro que se opõe ao espírito transgressor e

satírico do Carnaval: “É como um mecanismo de sobrevivência, de conexão com o mundo, com o lugar, com a cidade. No momento mais crítico... o bloco está na rua” (SIMAS, 2019)⁹.

Os protagonistas do vídeo postado pelo presidente Jair Bolsonaro como a “verdade” daquilo “que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro” publicaram o *Manifesto Golden Shower*, no qual afirmam que a performance não era “um fervo imoral de carnaval”, mas um ato político-artístico contra o conservadorismo e a colonização dos corpos e desejos dissidentes, se posicionando ao lado da imoralidade de vidas ditas como irrelevantes e matáveis: “Somos os corpos não docilizados da escatologia social. Nossos desejos não dialogam com o sistema sexo-produtivo do cis-heterossexismo, masculino e branco”¹⁰. Os dois artistas afirmam que o bloco onde estavam e no qual o vídeo foi gravado era declaradamente LGBTQI+ e que “o presidente, frente à enxurrada de críticas nos carnavais de todo país, preferiu produzir outra cortina de fumaça nas redes”, alimentando o processo de demarcação de fronteiras simbólicas entre “pessoas como nós” e “pessoas contra nós”.

Por meio de uma espiral de reforço dos valores morais e ideológicos dos dois lados do espectro político brasileiro, as *hashtags* que lideraram as postagens no *Twitter* na Quarta-Feira de Cinzas, 06 de março de 2019, contribuíram para a intensificação do extremismo ideológico e da intolerância às diferenças em curso no país e no mundo, reforçando a consistência de si dos sujeitos políticos. Ou seja, ao invés de estimularem o engajamento de múltiplas perspectivas em debates vibrantes, produtivos e agonistas, levaram os cidadãos comuns conectados a disputarem e fixarem sentidos discursivos que aumentassem a acessibilidade dos seus *selfs*-políticos e reforçassem o antagonismo excludente entre diferenças identitárias e políticas.

Seguindo o *modus operandi* estabelecido ainda na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro reage a um Carnaval bastante politizado viralizando o caso específico de um bloco de rua como a representação da depravação que tem virado o Carnaval brasileiro e se colocando contra um dos principais responsáveis pela destruição dos valores da tradicional família brasileira, os movimentos LGBTQI+. Em uma estratégia de campanha permanente, Bolsonaro procura desestabilizar a força das críticas do Carnaval de rua ao seu governo, polarizando o debate político em seu favor: de um lado, estariam os “cidadãos de bem” que por defenderem a civilidade e a decência moral veem o presidente como o “mito” que quer revelar a “verdade” que nunca foi mostrada para a população pela mídia hipócrita; do outro, os “monstros morais” que, ao defenderem um “vídeo escatológico”, estariam se posicionando publicamente a favor de homossexuais promíscuos, artistas pedófilos, feministas históricas, jornalistas degenerados e comunistas vagabundos.

⁹ In: LOBEL, Fabrício. **De Vargas a Bolsonaro, marchinhas florescem com crises políticas**. In: *Folha de São Paulo*, 04 de março de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RxXf9H>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

¹⁰ Texto na íntegra em: BALLOUSSIER, Anna V. **Foi ato político, diz dupla do ‘golden shower’ criticado por Bolsonaro**. In: *Folha de São Paulo*, 07 de março de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2C9hL9T>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

Segundo Tiburi (2019), o presidente brasileiro reproduz uma fórmula de sucesso nos Estados Unidos a partir da Era Trump. Enquanto confundem e geram reações de ódio e amor no campo moral, Trump e Bolsonaro colocam em prática o projeto neoliberal de acabar com os limites democráticos e éticos ao exercício do poder e, assim, atender aos objetivos do mercado, sobretudo do mercado financeiro que sempre soube lucrar com o caos, a destruição e a desorientação do povo. Conforme esclarece um usuário do *Twitter*, “O privilégio é a arma mais forte de Bolsonaro. O pedido de impeachment não vai funcionar. Não é uma mulher na presidência, nem um homem lutando contra a fome, é só um macho protegendo o capitalismo conservador. Essa é a realidade que devora o Brasil. #ImpeachmentBolsonaro”.

6. Referências bibliográficas:

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. Taylor and Francis e-Library, 2011.
- COOK, James; McPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn. **Birds of a feather: homophily in social networks**. In: *Annual Review of Sociology*. vol. 27, p. 415-444, agosto de 2001.
- CUNHA, Maria Clementina. **A capital cai na folia**. In: *Nossa História. Revista editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional*. Editora Vera Cruz, ano 2, no. 16, fev. de 2005, p. 18-24.
- DVIR-GVIRSMAN, Shira. **Media audience homophily: partisan websites, audience identity and polarization processes**. In: *New Media & Society*. I-20, 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. SP: Martins Fontes, [1978-1979] 2008.
- GROHMANN, Rafael. **Em busca dos fãs do Bolsonaro no Twitter: reflexões epistemológicas e metodológicas sobre circulação de sentidos em pesquisa em mídias sociais**. Belo Horizonte: XXVII Encontro Anual da Compós, 2018
- LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- LOURO, G. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MORETTO, Márcio; ORTELLADO, Pablo. **Guerra de narrativas: a batalha do impeachment no Facebook**. In: *El Pais*, 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/GDLMjA>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.
- _____. **Mapping Brazil's political polarization online**. In: *The Conversation*, 03 de agosto de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/SL5XDk>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.
- PRIORE, Mary Del. **Outros carnavais**. In: *Nossa História. Revista editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional*. Editora Vera Cruz, ano 2, no. 16, fev. de 2005, p. 16-17.
- TIBURI, Marcia. **Golden shower: uma lição de moral**. In: *Revista CULT*, 10 de abril de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2XgZxQy>. Acesso em: 01 de julho de 2019.
- TINHORÃO, J. R. **Quem inventou o carnaval? Ninguém**. In: *Nossa História. Revista editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional*. Editora Vera Cruz, ano 2, no. 16, fev. de 2005, p. 40-43.